

BIS pode questionar garantias

Instituição costuma recusar promessas de receita futura

Assis Moreira
de Genebra

O Banco para Compensações Internacionais (BIS) não aceita promessa de receita futura, como garantia aos empréstimos que organiza em nome dos bancos centrais de países industrializados, sublinharam ontem fontes na Suíça.

“Seria uma enorme surpresa” se desta vez o BIS acolhesse recebíveis da Eletrobrás e receita futura de privatizações no setor elétrico, como garantias do Brasil ao pacote de financiamento de US\$ 15 bilhões dos países ricos.

“Um banco central administra os fundos de uma nação, e exige garantias de altíssima qualidade, tendo

certeza do que pode obter em caso de um ‘default’”, reiterou uma fonte que já acompanhou acordos do BIS com países em crise de liquidez.

“Os bancos comerciais podem tomar riscos, porque cobram taxas de juros mais altas, mas o BIS e os bancos centrais normalmente exigem garantias em divisas, ouro, ou outras possibilidades seguras.”

A prudência era de rigor, entre fontes bancárias, sobre as garantias que o Brasil poderia estar fornecendo aos organismos multilaterais e aos países ricos. Em todo caso, notaram que o BIS, banco dos bancos centrais, é particularmente conservador quando se trata dessa questão. Na administração dos US\$ 104 bi-

lhões de reservas de bancos centrais, seus clientes, é proibido até de investir em imobiliário, por exemplo.

Em contrapartida, quando se trata da montagem do pacote, o BIS é mais flexível. Atuando como uma espécie de conselheiro financeiro para os bancos centrais, inclusive para o BC brasileiro, que é dono de uma parte de capital do banco da Basileia, o BIS pode mesmo antecipar parcelas de empréstimos do FMI, em caso de particular dificuldade do país.

O banco coordena igualmente o contato com Áustria, Finlândia e Dinamarca, que não tinham ainda decidido se participavam do pacote de assistência financeira ao Brasil.